

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 64, DE 19 DE ABRIL DE 2002

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pelo Decreto s/nº, de 02 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso V e o art. 24 da Estrutura Regimental, anexa ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; o Decreto s/nº de 16 de janeiro de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; considerando o disposto no § 5º do art. 15 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o que consta no processo nº 02001.000694/02-63, resolve:

Art. 1º - Criar o Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA Cananéia-Iguape-Peruíbe), órgão integrante da estrutura da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe/SP, com a finalidade de contribuir para com o planejamento de suas ações, conforme disposições a serem estabelecidas em Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe tem a seguinte composição:

- I - Chefe da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe;
- Suplente: Chefe da ESEC Tupiniquins;
- II - um representante da Prefeitura Municipal de Iguape;
- Suplente: um representante da Câmara Municipal de Iguape;
- III - um representante da Prefeitura Municipal de Cananéia;
- Suplente: um representante da Câmara Municipal de Cananéia;
- IV - um representante da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida;
- Suplente: um representante da Câmara Municipal de Ilha Comprida;
- V - um representante da Prefeitura Municipal de Peruíbe;
- Suplente: um representante da Câmara Municipal de Peruíbe;
- VI - um representante da Colônia de Pesca de Iguape;
- Suplente: um representante da Pastoral Católica da Pesca de Iguape;
- VII - um representante da Colônia de Pesca de Cananéia;
- Suplente: um representante da Pastoral Católica da Pesca de Cananéia;
- VIII - um representante da Associação dos Jovens da Juréia - AJJ;
- Suplente: um representante da Rede de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira - REMA Vale;
- IX - um representante da Associação dos Caxeteiros de Iguape;

- Suplente: um representante da Associação dos Manejadores de Plantas Ornamentais e Medicinais da Ilha Comprida;
- X - um representante da Fundação SOS Mata Atlântica;
- Suplente: um representante do Centro de Estudos Ecológicos Gaia Ambiental;
- XI - um representante do Colégio Agrícola de Iguape;
- Suplente: um representante da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ-USP;
- XII - um representante da Casa da Agricultura de Iguape - CATI;

- Suplente: um representante do Instituto de Pesca de Cananéia;
- XIII - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ribeira - Sintravale;
- Suplente: um representante das associações comunitárias da região do Vale do Ribeira;
- XIV - um representante do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais - DEPRN;
- Suplente: um representante do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP;

- XV - um representante da Fundação Florestal;
- Suplente: um representante do Instituto Florestal.
- Parágrafo único - O Conselho será presidido pelo(a) Gerente da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe serão fixados em regimento interno a ser aprovado em reunião.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 359/2002)

PORTARIA Nº 65, DE 19 DE ABRIL DE 2002

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pelo Decreto s/nº, de 02 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso V e o art. 24 da Estrutura Regimental, anexa ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente;

considerando o disposto no § 5º do art. 15 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o que consta no processo nº 02001.001836/02-91, resolve:

Art. 1º - Criar o Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Guaraqueçaba (APA Guaraqueçaba), órgão integrante da estrutura da Área de Proteção Ambiental Guaraqueçaba/PR, com a finalidade de contribuir para com o planejamento de suas ações, conforme disposições a serem estabelecidas em Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho da APA Guaraqueçaba tem a seguinte composição:

- I - Chefe da Área de Proteção Ambiental Guaraqueçaba;
- II - um representante da ESEC Guaraqueçaba;
- III - um representante das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN;
- IV - um representante da Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraqueçaba do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;
- V - um representante do Conselho do Litoral;
- VI - um representante da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba;
- VII - um representante da Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- VIII - um representante da Prefeitura Municipal de Antonina;
- IX - dois representantes do Setor Privado;
- X - dois representantes da Comunidade Científica;
- XI - três representantes das Organizações Não Governamentais;

- XII - um representante das Comunidades da Bacia Hidrográfica do Rio Guaraqueçaba;
- XIII - um representante das Comunidades da Bacia Hidrográfica do Rio Serra Negra;
- XIV - um representante das Comunidades da Bacia Hidrográfica do Rio Tagaça;
- XV - um representante das Comunidades da Bacia Hidrográfica do Rio Faisqueira;
- XVI - um representante das Comunidades da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira;
- XVII - um representante das Comunidades das Bacias Hidrográficas dos Rios Itaqui e Benito;
- XVIII - um representante das Comunidades da Bacia Hidrográfica do Rio Itinga;
- XIX - um representante das Comunidades da Bacia Hidrográfica do Rio Sebuí.
- Parágrafo único - O Conselho será presidido pelo(a) Gerente da APA Guaraqueçaba.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho da APA Guaraqueçaba serão fixados em regimento interno a ser aprovado em reunião.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 360/2002)

PORTARIA Nº 66, DE 19 DE ABRIL DE 2002

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pelo Decreto s/nº, de 02 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso V e o art. 24 da Estrutura Regimental, anexa ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; considerando o disposto no § 5º do art. 15 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o que consta no processo nº 02001.002131/02-91, resolve:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central (APA Planalto Central), órgão integrante da estrutura da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central/DF, com a finalidade de contribuir para com o planejamento de suas ações, conforme disposições a serem estabelecidas em Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho da APA Planalto Central tem a seguinte composição:

- I - Chefe da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central;
- II - um representante da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH;
- III - um representante da Terracap;
- IV - um representante da Universidade de Brasília - UnB;
- V - um representante da Agência Goiana de Meio Ambiente;
- VI - um representante da Agência Nacional de Águas - ANA;
- VII - um representante da Prefeitura Municipal de Padre Bernardo/GO;
- VIII - um representante da Prefeitura Municipal de Planaltina/GO;
- IX - um representante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/Ministério da Integração Nacional;
- X - um representante do Sindicato Rural do Distrito Federal;

- XI - um representante das Universidades Particulares do Distrito Federal;
- XII - um representante do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA;
- XIII - um representante da Federação das Indústrias de Brasília - FIBRA;

- XIV - um representante dos Condomínios Horizontais;
- XV - um representante das Organizações Mineradoras;
- XVI - dois representantes do Fórum das Organizações Não Governamentais Ambientais do Distrito Federal;
- XVII - um representante do Fórum das Organizações Não Governamentais Ambientais do Estado de Goiás.
- Parágrafo único - O Conselho será presidido pelo(a) Gerente da APA Planalto Central.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho da APA Planalto Central serão fixados em regimento interno a ser aprovado em reunião.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 361/2002)

PORTARIA Nº 67, DE 19 DE ABRIL DE 2002

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pelo Decreto s/nº, de 02 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso V e o art. 24 da Estrutura Regimental, anexa ao Decreto nº 3.833, de 5 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o que consta no processo 02001.007291/01-04, resolve:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Caparaó (PARNA do Caparaó), órgão integrante da estrutura do Parque Nacional do Caparaó/MG, com a finalidade de contribuir para com o planejamento de suas ações, conforme disposições a serem estabelecidas em Regimento Interno.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do PARNA do Caparaó tem a seguinte composição:

- I - Chefe do Parque Nacional do Caparaó;
- Suplente: Substituto do Chefe do Parque Nacional do Caparaó;
- II - um representante do Instituto de Defesa Agropecuária Florestal do Espírito Santo - IDAF;
- Suplente: um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Espírito Santo;
- III - um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Minas Gerais;
- Suplente: do Instituto Estadual de Florestas - IEF;
- IV - um representante da Prefeitura Municipal de Alto Caparaó;
- Suplente: um representante da Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá;
- V - um representante da Prefeitura Municipal de Divino São Lourenço;
- Suplente: um representante da Prefeitura Municipal de Irupi;
- VI - um representante da Prefeitura Municipal de Iúna;
- Suplente: um representante da Prefeitura Municipal de Espera Feliz;
- VII - um representante do Consórcio do Itabapoana - MG, ES e RJ;

- Suplente: um representante do Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim - ES;
- VIII - um representante da comunidade científica da Universidade Federal de Minas Gerais/ Colégio Técnico - Coltec;
- Suplente: um representante da Universidade Estadual de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FAFILE Carangola/MG;

- IX - um representante do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra do Caparaó/ES;
- Suplente: um representante da Força Verde - Manhumirim/MG;

- X - um representante do Eco-Feliz/MG;
- Suplente: um representante do Movimento Ambientalista do Caparaó/ES;
- XI - um representante da Associação dos Moradores Rurais e Urbanos de São José da Pedra Menina/MG;
- Suplente: um representante da Associação dos Moradores e Proprietários de Vargem Grande e Vila Padre Júlio Maria/MG;
- XII - um representante da Associação de Moradores de Pedra Menina/ES;

- Suplente: um representante da Associação dos Moradores de Pedra Roxa/ES;
- XIII - um representante da Associação dos Operadores de Turismo da Serra do Caparaó - MG e ES;
- Suplente: um representante da Associação dos Empresários de Turismo do Circuito do Pico da Bandeira;
- XIV - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibitirama/ES;
- Suplente: um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz - MG.

Parágrafo único - O Conselho Consultivo será presidido pelo(a) Chefe do PARNA do Caparaó.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do PARNA do Caparaó serão fixados em regimento interno a ser aprovado em reunião.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO
(Of. El. nº 358/2002)